



Instituto Superior de Economia e Gestão

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

DESDE 1911

MESTRADO
DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO
INTERNACIONAL

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO

AS COMUNIDADES POLÍTICAS TRANSNACIONAIS: O
CASO DAS ASSOCIAÇÕES DA GUINÉ-BISSAU EM
PORTUGAL

Ilsa de Fátima Cá e Sá

Janeiro de 2012

INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO
UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

MESTRADO
DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO
INTERNACIONAL

JANEIRO DE 2012

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO

AS COMUNIDADES POLÍTICAS TRANSNACIONAIS: O
CASO DAS ASSOCIAÇÕES DA GUINÉ-BISSAU EM
PORTUGAL

ILSA DE FÁTIMA CÁ E SÁ

ORIENTAÇÃO: PROFESSORA AUXILIAR JOANA HELENA
FAJARDO PACHECO PEREIRA LEITE

Co-ORIENTAÇÃO: PROFESSOR AUXILIAR CONVIDADO
ALEXANDRE JOSÉ GERMANO ABREU

AGRADECIMENTOS

Os mais sinceros agradecimentos aos meus orientadores, pelo voto de confiança e pela preciosa orientação ao longo deste processo.

Aos meus pais e irmãos. Às minhas *irmãs* e aos meus amigos.

RESUMO

A presente investigação incide sobre o estudo das actividades políticas transnacionais dos migrantes guineenses em Portugal, tendo em conta o seu impacto no país de origem. A investigação é efectuada de acordo com as premissas do transnacionalismo migrante e do transnacionalismo político, assim como da análise da história política recente da Guiné-Bissau e os seus fluxos migratórios.

Palavras-chave: transnacionalismo, transnacionalismo político, Guiné-Bissau

ABSTRACT

This research focuses on the study of transnational political practices of the Bissau-Guinean migrants in Portugal, taking into accounts its impact on the country of origin. This study is conducted in accordance with the assumptions of migrant transnationalism, political transnationalism as well as of recent political history of Guinea-Bissau and its migrations flows.

Keywords: transnationalism, political transnationalism, Guinea-Bissau

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS.....	3
RESUMO	4
ABSTRACT.....	4
LISTA DE ACRÓNIMOS	6
INTRODUÇÃO	7
1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCEPTUAL	10
1.1. Transnacionalismo Migrante.....	10
1.2. Transnacionalismo Político: a emergência das comunidades políticas transnacionais.....	13
2. GUINÉ-BISSAU: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E POLÍTICA DAS MIGRAÇÕES.....	17
2.1. História Política recente da Guiné-Bissau (1973-2009)	17
2.2. A formação da diáspora guineense.....	22
2.2.1. <i>O estabelecimento da comunidade guineense em Portugal.....</i>	<i>24</i>
3. AS COMUNIDADES POLÍTICAS TRANSNACIONAIS: ANÁLISE DO ASSOCIATIVISMO GUINEENSE EM PORTUGAL E AS SUAS IMPLICAÇÕES POLÍTICAS	28
3.1. Viver em Portugal: Associativismo e solidariedade social entre os imigrantes	28
3.2. Análise da dimensão política das associações guineenses em Portugal.....	33
3.2.1. <i>A intervenção política do associativismo guineense: dos anos 90 da transição democrática à instabilidade actual na Guiné Bissau</i>	<i>34</i>
3.2.2. <i>As lógicas e práticas políticas das associações apartidárias</i>	<i>41</i>
CONCLUSÕES	46
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	48
ANEXOS	54

LISTA DE ACRÓNIMOS

AGUINENSO – Associação Guineense de Solidariedade Social

AML – Área Metropolitana de Lisboa

ANARC – Associação dos Naturais e Amigos da Região de Cacheu

ANP – Assembleia Nacional Popular

AUCV – Associação Unidos de Cabo-Verde

BM – Banco Mundial

CEE – Comunidade Económica Europeia

CEMGFA – Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas

FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento de Regional

FLING – Frente de Libertação Nacional da Guiné

FMI – Fundo Monetário Internacional

IOM – Organização Internacional para as Migrações (International Organization for Migrations)

ONG – Organização Não-Governamental

ONGD – Organização Não-Governamental para o Desenvolvimento

OUA – Organização da União Africana

PAE – Plano de Ajustamento Estrutural

PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PRS – Partido de Renovação Social

PUSD – Partido Unido Social Democrata

RGB-MB – Resistência da Guiné-Bissau-Movimento de Bah Fatah

SEF- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

UEMOA – União Económica e Monetária da África Ocidental (Union Économique et Monétaire Ouest Africaine)

INTRODUÇÃO

A presente dissertação incide sobre uma África próxima, África lusófona, particularmente sobre a Guiné-Bissau. A relação ou sentimento de proximidade deve-se sobretudo a dois factores, em primeiro lugar como nacional e residente em Portugal é difícil dissociar a história portuguesa do seu passado ultramarino, em segundo lugar como descendente de mãe e pai guineenses, os temas relacionados com a Guiné-Bissau têm vindo a suscitar gradual interesse.

Numa primeira fase, o intuito desta investigação tinha como sujeito a formação da elite política guineense, numa perspectiva histórica e política que permitisse compreender a realidade actual do país. No entanto, seria necessário um contacto directo com o objecto de estudo, o que envolveria deslocações ao terreno e a cooperação com os membros do cenário político guineense. A impossibilidade física de realização desse projecto e a pertinência dos recentes acontecimentos políticos na Guiné-Bissau - morte do Presidente da República, Malam Bacai Sanhá, e o Golpe de Estado de 12 de Abril – permitiram desenvolver uma abordagem inovadora e igualmente pertinente, a partir do exterior, sobre as relações políticas que se estabelecem entre os migrantes guineenses em Portugal e a Guiné-Bissau.

A capacidade dos imigrantes de desenvolver relações sociais com base nas diferentes ligações entre o país de origem e o país de acolhimento está na base do transnacionalismo migrante,

“the process by which immigrants forge and sustain simultaneous multi-stranded social relations that link together their societies of origin and settlement”
Schiller et al. (1994), p.7.

Posto isto, a investigação incide sobre a formação da comunidade transnacional guineense em Portugal tendo em conta a sua acção política em relação ao país de origem. Teremos como objecto de estudo a comunidade migrante guineense, particularmente das associações de migrantes em Portugal. É objectivo central desta dissertação compreender a dinâmica política dos migrantes em relação ao país de origem, a Guiné-Bissau.

Para o efeito, consideram-se as actividades das comunidades migrantes compreendidas ente 1973 e 2009, com destaque para as respostas aos principais acontecimentos políticos pós-independência: as eleições multipartidárias de 1994; o conflito político-militar de 1998/1999 e os assassinatos do Presidente da República, João Bernardo “Nino” Vieira e do Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA) Tagme Na Waie, em 2009.

Para uma melhor compreensão das práticas transnacionais das comunidades guineenses procede-se à recolha de informação junto de associações guineenses, registadas na Comissão Instaladora da Federação das Associações Guineenses em Portugal. Para este propósito foram efectuadas 12 entrevistas presenciais a líderes associativos na AML no decorrer dos meses de Setembro e Outubro de 2012, através da prática de entrevistas semiestruturadas. Note-se que entre os líderes associativos

entrevistados podemos identificar, migrantes laborais, estudantes, académicos e migrantes qualificados.

O recurso a esta técnica proporciona maior liberdade aos entrevistados, tendo em conta os temas lançados pelo entrevistador, e sempre com o intuito de obter informação relacionada com o objecto de estudo, que de outra forma, não seria possível (Moreira, 1994).

No que concerne os resultados das entrevistas, estes são analisados à luz da revisão literária sobre o transnacionalismo migrante e as práticas políticas transnacionais, particularmente a nível das suas implicações no país de origem.

A estrutura da presente dissertação permite identificar no primeiro capítulo a revisão da literatura sobre o transnacionalismo no contexto das migrações internacionais, com particular incidência sobre o transnacionalismo político.

No segundo capítulo, define-se o enquadramento histórico e migratório relevante para a análise da actividade transnacional da diáspora guineense. São períodos em que se verifica uma alteração na ordem política, que potenciam a actividade política dos migrantes.

O terceiro capítulo é dedicado à análise das comunidades transnacionais guineenses em Portugal e ao desenvolvimento das actividades políticas em relação ao país de origem.

1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCEPTUAL

1.1. Transnacionalismo Migrante

O contexto de globalização tem sido responsável pelas alterações de comportamento dos actores das relações internacionais. O desenvolvimento tecnológico e o fácil acesso aos meios de comunicação e transporte determinam novas formas de relacionamento, uma vez que as acções dos estados, das organizações e dos indivíduos, deixam de estar limitadas pelas suas fronteiras geográficas (Marques dos Santos, 2009).

As relações económicas, políticas, sociais, culturais que se estabelecem nos diferentes cenários locais, regionais, globais, implicando as trocas de informação transfronteiriças entre os diferentes actores são os pressupostos do transnacionalismo (Portes, 1997; Schiller et al., 1999). Quando aplicado ao estudo das migrações contemporâneas permite compreender determinados comportamentos das populações migrantes, tanto nos países de origem como nos países de destino, que adquiriram uma maior visibilidade no contexto da globalização.

Porém, as teorias explicativas das migrações nem sempre tiveram em conta a complexidade das relações dos migrantes entre os diferentes territórios (Peixoto, 2002; Schiller, 2008; Henriques, 2010). Tanto ao nível micro, que privilegia a escolha racional do indivíduo, como a nível macrossociológico, a análise dos fluxos migratórios circunscreve a acção dos migrantes à geografia do estado-nação. A decisão de abandonar o país de origem prende-se,

primeiramente com a desigualdade na distribuição dos recursos causada pelo sistema capitalista, o que conduz à atracção dos indivíduos das zonas periféricas, e portanto, menos desenvolvidas, pelas zonas mais desenvolvidas – dinâmica centro-periferia/push-pull. Consequentemente, a integração no novo ambiente implica a assimilação dos costumes e culturas locais, podendo inclusivamente resultar no abandono e corte com a cultura de origem (Henriques,2010).

Para os teóricos do transnacionalismo migrante, a criação de uma comunidade imigrante no país de destino se traduz exclusivamente num entrave à integração social (Peixoto, 2002; Schiller, 2008). Tal resulta da necessidade dos indivíduos estabelecerem relações de solidariedade e confiança, num ambiente por vezes hostil (Portes, 1997:3) de forma a enfrentarem os desafios impostos pela sociedade na qual se pretendem inserir. Existe, segundo Portes (2004), uma maior predisposição do migrante para o desenvolvimento de actividades no país de origem que ultrapassa a preservação da sua identidade nacional, já que os migrantes estabelecem sistemas de lealdade nos diferentes territórios procurando o seu engajamento político económico e social.

Assim, o transmigrante procura desenvolver uma estratégia individual que engloba múltiplas lealdades nos diferentes territórios de forma a garantir a concretização dos seus objectivos económicos, políticos e sociais (Portes et al,1999.) Para Cohen,

“citizens are no longer prepared to accept that there are legitimate areas of decision making, where they do not have every right to be fully informed and amply consulted” (1998)p.8,

o que obriga a adopção por parte dos estados de novas formas de relacionamento com os indivíduos dentro e fora das suas fronteiras.

De igual modo, Schiller et al. (1995), nos seus estudos sobre as comunidades haitiana e filipina residentes em Nova Iorque na década de 1990, consideram que a participação e envolvimento em grupos e comunidades capacitam os imigrantes com os recursos e meios que não só facilitam a sua integração na sociedade de acolhimento, mas permitem o desenvolvimento de actividades no país de origem. Com isto, os seus membros preservam a sua cultura e simultaneamente interagem com a estrutura social do país acolhedor, de forma a concretizarem os objectivos comuns do grupo nos diferentes territórios (Portes, 2004).

É neste sentido que o transnacionalismo migrante se apresenta como complemento às teorias explicativas das migrações, uma vez que identifica a dinâmica participativa dos migrantes através das interacções económicas, políticas e culturais que se realizam entre o país de origem e o país de acolhimento, com impacto em ambas as sociedades (Landolt, 2003; Portes, 2004; Schiller, 2008).

1.2. Transnacionalismo Político: a emergência das comunidades políticas transnacionais

As actividades dos migrantes transnacionais podem ser classificadas como socioculturais, económicas e políticas (Portes,2004). As actividades socioculturais estão associadas à participação em actividades de cariz cultural, tais como a produção de exposições e apoio grupos de performance e teatro.

As actividades económicas incluem o envio de remessas, investimento e doações a organismos no país de origem. É possível acompanhar o desenvolvimento de pequenos negócios familiares a partir do estrangeiro. Os migrantes transnacionais apresentam-se como pequenos investidores no sector do comércio e construção, dando origem a empresas transnacionais. Recorrem paralelamente às políticas de incentivo ao investimento estrangeiro e ao sistema de confiança e solidariedade existente nos diferentes territórios para maximizar as suas oportunidades económicas (Portes, 1997).

As actividades políticas transnacionais assumem várias formas formais e informais de participação, influência ou pressão política nos campos sociais em que os migrantes se encontram inseridos, mediante o acesso aos recursos no país de acolhimento e no país de origem e das características dos migrantes (Ostergaard-Nielsen, 2003).

No que diz respeito ao país de acolhimento, a participação política realiza-se com vista à melhoria das *políticas de imigração*, que facilitem a sua integração económica, política e social. O envolvimento e o apoio político do país de origem conferem o carácter transnacional a esta acção. O Estado

procura garantir as condições de vida para os seus cidadãos no estrangeiro (Ostergaard-Nielsen, 2003).

Neste caso, o desenvolvimento da actividade política transnacional está dependente não apenas das estruturas de oportunidade política¹ nos países de destino e nos países de acolhimento, que culminam na sua institucionalização, mas também das características dos transmigrantes e das relações diplomáticas entre os estados (Mügge, 2010).

Ostergaard-Nielsen (2003) sugere ainda a distinção entre sistemas políticos exclusivos e sistemas políticos multiculturais, os quais podem determinar o desenvolvimento das actividades transnacionais dos migrantes. Nos sistemas políticos exclusivos os imigrantes e estrangeiros encontram-se privados dos seus direitos políticos, o que pode aumentar a predisposição para o envolvimento político no seu país de origem. Os sistemas multiculturais, por seu lado, disponibilizam os recursos para o desenvolvimento de uma actividade institucionalizada dos migrantes, sem que isso signifique uma ruptura com o seu país de origem.

Relativamente ao país de origem, as actividades políticas podem assumir as seguintes vertentes: a política doméstica/ nacional (*homeland politics*), caracterizada pelo abandono do país de origem por motivos políticos, que aumenta a probabilidade da mobilização a nível da política nacional; as políticas de emigração que regulam o relacionamento do estado com a

¹ As estruturas de oportunidade consistem em incentivos legais, políticas, direitos, e recursos disponibilizados pelos estados de forma a desenvolver a acção associativa e participação política dos cidadãos (Mügge, 2010).

diáspora; as políticas de desenvolvimento local no seu país de origem (*translocal politics*) (Ostergaard-Nielsen, 2003; 2001).

Relativamente às actividades transnacionais políticas, com maior incidência no país de origem tornam-se relevantes as dinâmicas dos migrantes dos fluxos migratórios, ou seja, as motivações, a duração e as características dos migrantes que podem influenciar a natureza das relações transnacionais estabelecidas entre os actores (Mügge, 2010).

Regimes autoritários e instabilidade política no país de origem propiciam o envolvimento político dos emigrantes em actividades políticas transnacionais, sejam de denúncia dos abusos dos regimes nacionais junto da comunidade internacional ou da formação de partidos políticos de oposição. Podem inclusivamente originar *lobbying* político; mobilização dos *media* da sociedade de acolhimento para os problemas económicos e de desenvolvimento do país de origem; impulsionar a participação política e a criação de organizações *bottom-up* que desafiem as políticas nacionais, promovendo a consciencialização junto da comunidade internacional (Portes, 1999).

Consequentemente, o associativismo migrante pode contribuir para o desenvolvimento de práticas transnacionais, quando a identidade comum partilhada e o sentimento de pertença a duas ou mais sociedades em simultâneo permite o desenvolvimento de um campo social de interacções e práticas regulares entre os diferentes territórios (Ostergaard-Nielsen, 2001; 2003). A multiplicidade de pertença confere o carácter transnacional às práticas associativas tanto no país de origem como no país de acolhimento.

A limitação de recursos económicos a que estão sujeitas, uma vez que assentam numa política de autofinanciamento, determina a sua acção política com maior incidência a nível da local (Orozco & Garcia-Zanello,2009). Para além deste factor, as relações que se estabelecem com os actores locais, autoridades políticas e sociedade civil, têm por base ligações pessoais, familiares que permitem a maior permeabilidade da acção das associações no país de origem, seja através da promoção do desenvolvimento ou da participação, ainda que indirectamente, dos seus líderes nos processos de decisão política (Orozco & Garcia-Zanello,2009).

Neste sentido, o associativismo migrante como prática transnacional

“(...) não é de facto uma realidade homogénea, nem quanto ao tipo e grau de activismo das associações, nem quanto aos meios sociais onde nascem, nem ainda quanto aos fins prosseguidos em ao espaço actual. Só uma parte delas tem objectivos de acção social e intervenção política em nome das populações a que estão ligadas.”

In: Machado (1999),p.511.

Com efeito, a revisão da literatura permite-nos identificar o transnacionalismo político pela sua complexidade, desterritorialização e multiplicidade de pertença comunitária, adquirindo maior visibilidade devido ao processo de globalização.

Deve-se por isso ter em conta a pertinência das condições sociais, económicas e políticas dos diferentes territórios que comportam as práticas transnacionais para uma melhor percepção das suas implicações tanto no país de origem como no país de acolhimento.

2. GUINÉ-BISSAU: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E POLÍTICA DAS MIGRAÇÕES

2.1. História Política recente da Guiné-Bissau (1973-2009)

O período pós-independência é marcado pela concretização do princípio da unidade entre a Guiné-Bissau e Cabo-Verde e pela situação económica calamitosa, resultante da adopção de medidas de centralismo económico (Nóbrega,2003). Estes fenómenos, quando aliados ao descontentamento dos combatentes da luta de libertação servem de ímpeto para o golpe militar de 14 de Novembro de 1980, perpetrado por Nino Vieira.

O golpe de estado assume-se como Movimento Reajustador, tendo como objectivo restabelecer a justiça para com os libertadores da pátria; acabar com as injustiças cometidas pelo governo de Luís Cabral e do seu núcleo maioritariamente cabo-verdiano e solucionar a grave crise económica que assola o país desde 1973.

No entanto, os problemas políticos persistem durante o regime ninista (1980-1994), com alegadas tentativas de golpe de estado, oposição interna no partido único, o PAIGC, a supressão de direitos e a eliminação de potenciais adversários políticos (Nóbrega, 2003).

Paralelamente, a nível económico a solução encontrada consiste na adopção dos planos de estabilização económica (1983-1984) e ajustamento estrutural (1987-1989 e 1989-1993), do FMI e BM, com vista à liberalização económica e aumento da competitividade da economia guineense em relação ao panorama internacional. Traduz-se, no entanto na diminuição do poder de compra das famílias, sobretudo nos centros urbanos, acelerando o processo de migração internacional após 1987 (Cardoso e Imbali, 1996).

A pressão exercida sobre a Guiné-Bissau estende-se igualmente a nível político e em 1991 inicia-se a transição democrática marcada pela abertura política e pelo primeiro momento eleitoral em 1994.²

Ainda assim, o partido da independência preserva o poder político até 1998³, não obstante as lutas internas e o fraco crescimento económico. À saída do VI Congresso do PAIGC em Maio de 1997, o clima de animosidade entre o Presidente Nino Vieira e o Brigadeiro Ansumane Mané, indiciado pela Comissão Parlamentar no Inquérito sobre o tráfico de armas para os independentistas de Casamansa, culmina no Levantamento Militar de 7 de Junho de 1998. Trata-se de um conflito político-militar entre as tropas aliadas

² O PAIGC elege 62 dos 100 deputados da Assembleia Nacional Popular (ANP), tendo o Movimento de Bah Fatah – Resistência da Guiné Bissau (MB-RGB) secundado com 18 dos assentos, seguindo-se o Partido de Renovação Social (PRS) com 12 (Cardoso, 1995).

³ As eleições presidenciais de 7 de Agosto também confirmaram a permanência do PAIGC no poder, embora sem a maioria absoluta, obrigando a realização de uma segunda volta, na qual o Presidente em exercício (corrente), Nino Vieira confirma a sua permanência com 52% dos votos contra 48% de Kumba Yalá, do PRS (Abreu, 2012).

ao chefe de estado e a Junta para a consolidação da Democracia, Paz e Justiça liderada por Ansumane Mané, com origem no descontentamento das Forças Armadas, problema que se arrasta desde a independência (Nóbrega,2003).

O Levantamento é ainda marcado pela intervenção de tropas estrangeiras, do Senegal e da República da Guiné, considerada como uma ameaça à soberania nacional e pelo exílio do Presidente Nino Vieira em Portugal. Estes factores determinam o apoio da população às tropas rebeldes de Ansumane Mané, que após várias tentativas assina o Acorde Paz de Abuja de 1 de Novembro de 1998, prevendo o desarmamento das tropas de Nino Vieira, a retirada das tropas estrangeiras e a realização de eleições legislativas e presidenciais.

As eleições de 1999 e 2000 representam o segundo momento da transição democrática na Guiné-Bissau, e manifestam o descontentamento da população em relação aos 28 anos de governação por parte do PAIGC. O PRS é eleito governo e o seu líder, Kumba Yalá, vence as eleições presidenciais⁴.

No entanto, a alternância partidária não significa necessariamente uma alteração da percepção do exercício do poder. Governo e Presidência encontram-se em constante desacordo culminando na reformulação do

⁴ O predomínio de elementos de etnia Balanta tanto nas Forças Armadas e como no aparelho do estado permitem identificar o fenómeno de apropriação de poder de base patrimonial a que A. Nóbrega designa por balantização do poder (Nóbrega, 2003:295).

governo a favor do núcleo de proximidade do Presidente Kumba Yalá (Nóbrega, 2003; Abreu 2012).⁵

Perante a instabilidade política e económica, dá-se o golpe de estado militar, encabeçado pelo General Veríssimo Seabra, a 14 de Setembro de 2003. O presidente Kumba Yalá é preso e o Comité Militar para a Restituição Constitucional e Democrática, órgão consultivo da presidência nomeia Henrique Rosa como Presidente interino até à data das eleições legislativas e presidenciais em 2004 e 2005 (Abreu, 2012).

O terceiro momento democrático assinala o regresso de Nino Vieira⁶ à cena política e a vitória do PAIGC nas eleições legislativas, tendo sido eleito primeiro-ministro Carlos Gomes Júnior (Sangreman et al., 2009). Persistem as querelas internas no partido de independência. Logo após a sua eleição em 2005, o Presidente Nino Vieira demite o primeiro-Ministro Gomes Júnior ao qual se seguem Aristides Gomes, Martinho N'dafi e Carlos Gomes Correia (Abreu, 2012).

A crise política que se vive na Guiné-Bissau é alvo de constante preocupação da comunidade internacional, que se agrava com o crescente fluxo de narcotráfico proveniente da América do Sul para as ilhas das costeiras

⁵ Durante a Presidência de Kumba Yalá, 2001-2003, desempenham o cargo de Primeiro-Ministro, Caetano Intchamá deposto após acusações de abuso de poder; Faustino Imbali, sociólogo, sem afiliações partidárias, Alamara Nhassé, Ministro da Administração Territorial e Mário Pires, membro fundador do PRS.

⁶ João Bernardo “Nino” Vieira, vence as eleições presidenciais como candidato independente, com 52.4% dos votos, (Abreu, 2012).

e o alegado envolvimento das mais altas patentes das Forças Armadas e da elite política guineense (Abreu, 2012)⁷.

Após a reeleição de Carlos Gomes Júnior em 2008 são sucessivos os incidentes entre a Presidência e as Forças Armadas que culminam em 2009 com o atentado à bomba ao CEMGFA Tagme Na Waie a 1 de Março e no dia seguinte como assassinato do Presidente da República Nino Vieira, por um grupo de militares (Abreu,2012). As motivações que justificam este episódio de violência são até à data meramente especulativas (Abreu, 2012).

Consideradas como actos isolados, as mortes de Nino Vieira e Na Waie são seguidas por uma tentativa de golpe de estado a 1 de Abril de 2010 e após a morte do Presidente Malam Bacai Sanhá em Janeiro de 2012 (por doença prolongada), as convulsões das eleições presidenciais terminam com o golpe de estado militar 12 de Abril que instaura um governo de transição não reconhecido nem pelo estado português nem pela comunidade internacional.

Perante este cenário, a instabilidade política figura como um dos principais entraves ao desenvolvimento da Guiné-Bissau. A cultura de violência encontra-se subjacente à construção do estado guineense. Desde a independência, a luta pelo poder é protagonizada pela elite militar fortemente politizada. O conflito de 1998/99, o golpe militar de 2003 e os assassinatos de 2009 demonstram esta tendência, apesar do compromisso democrático assumido no princípio dos anos 90.

⁷ “(...) concerns began to be voiced that Guinea-Bissau could become Africa’s first narco-state.”
Abreu (2012),p.9.

2.2. A formação da diáspora guineense

Para uma melhor compreensão dos fluxos migratórios guineenses é necessário ter em conta que a própria composição etnográfica se encontra depende das movimentações populacionais decorrentes naquele território desde o século XV (Cardoso, 2002).

A pressão demográfica e agrícola, aliadas às políticas da administração colonial portuguesa encontram-se na origem dos primeiros fluxos migratórios para zonas limítrofes, Senegal e Gâmbia. A distribuição dos recursos é ali desproporcional dos territórios guineense face às necessidades da população, que tem como principal fonte de rendimento a terra e cuja situação económica é agravada pelo pagamento de impostos fundiários à administração colonial.

Machado (1998) e Cardoso (2002) identificam fluxos migratórios sazonais para o Senegal entre os diferentes grupos étnicos guineenses resultantes da pressão económica e colonial. Os migrantes reforçam a população activa dos pólos urbanos, tendo com principais áreas de actividade o comércio, a agro-indústria, o artesanato e ainda o exercício de actividades de “curandeiro” (Machado, 1998).

“Qualquer que seja a pertença étnica das populações, a análise dos rendimentos das explorações agrícola deixa clara a necessidade da emigração, seja devido à pressão fundiária, nomeadamente na zona manjaca, seja pela necessidade «de um mínimo de rendimentos monetários não encontráveis na Guiné-Bissau (Hochet, 1983: 106)».” In: Machado (1998), p.10.

O caso específico da etnia manjaca ilustra a vasta tradição migratória dos povos da Guiné-Bissau. O fluxo migratório deste grupo para o Senegal

remonta aos séculos XVIII-XIX (Cardoso, 2002) e deve-se primordialmente à proximidade geográfica e a longa tradição de comércio transfronteiriço entre a zona norte, Cacheu e a região de Casamança (Cardoso, 2002; Machado, 1998). Também os manjacos se encontram na origem dos primeiros fluxos migratórios intercontinentais, com destino a França ex-metrópole, como grumetes de navios mercantes no Senegal, acabando por estabelecer comunidades nas cidades costeiras (OIM, 2012).

Após a independência regista-se uma forte afluência das populações rurais para os centros urbanos, nomeadamente para a capital Bissau, a propósito das políticas de industrialização do governo de Luís Cabral.

A partir da segunda metade dos anos 80, a deterioração económica resultante da aplicação do PAE, contribui para o aumento dos fluxos migratórios para destinos europeus, Portugal e França, tendência que se manteve até finais da década de 90⁸.

A pressão política manifesta-se igualmente como um dos principais motivos para a migração guineense no período pós-independência. Entre 1973 e meados dos anos 80, luso-guineenses, associados à administração colonial; membros da FLING, considerados opositores políticos e cabo-verdianos, alvos de repressão na consequência do Movimento Reajustador, englobam o fluxo de migrantes qualificados com destino a Portugal, Cabo-Verde e Senegal (OIM, 2012).

⁸ A desaceleração / abrandamento da economia nos anos 2000 particularmente em Portugal faz diminuir o fluxo de guineenses em detrimento de outras economias tais como Reino Unido, Espanha, Luxemburgo e Suíça (OIM,2012).

2.2.1. O estabelecimento da comunidade guineense em Portugal

Embora pouco representativa⁹, tendo em conta as restantes comunidades PALOP, a tradição migratória guineense tem início em meados dos anos 70, e intensifica-se com a independência da Guiné-Bissau, assumindo diferentes características nos últimos 30 anos.

Os migrantes guineenses têm-se inserido principalmente no sector de mercado de trabalho menos qualificado, nomeadamente a construção e obras públicas, serviços domésticos entre outros serviços do sector terciário pouco valorizados pela mão-de-obra local (Costa, 2009).

Numa primeira fase, entre 1974 e o princípio da década de 80 a comunidade guineense em Portugal é composta sobretudo por cidadãos luso-guineenses (Machado, 1998), “*nascidos na Guiné com nacionalidade portuguesa e que integram o movimento de retorno*”, tendo em conta o princípio de nacionalidade, *jus solis*, vigente, e posteriormente revogada na Constituição de 1975¹⁰.

⁹ Em 2011 a comunidade guineense estrangeira em Portugal representa apenas 4,2 % da população estrangeira residente, “registando um decréscimo de -6,71% relativamente ao ano anterior” (SEF,2012:17).

¹⁰ Lei 2098, de 29 de Julho de 1959. A lei reconhece como cidadãos portugueses todos os indivíduos nascidos na metrópole e nos territórios ultramarinos. A Revogação da lei da

Os primeiros são sobretudo de ascendência cabo-verdiana, detêm uma posição socioeconómica média ou elevada. São na sua maioria funcionários públicos e administrativos ligados à ex-metrópole, com acesso a escolaridade média e elevada, domínio da língua portuguesa e residentes em sectores urbanos. A sua saída do país, no contexto pós independência, é justificada pela perseguição do regime de partido único aos colaboradores com o sistema colonial (Nóbrega, 2003)¹¹.

Os ex-combatentes, ou *milícias nativas*, por seu lado, também integram o movimento dos luso-guineenses, usufruem das vantagens conquistadas pelo cumprimento do serviço militar. O Estado português garante, à partida, aos militares guineenses apoio social e económico, com intuito da sua total integração na sociedade.¹²

“O estatuto de servidor do estado português funcionou como principal móbil para os funcionários dos serviços e da administração ultramarina, já que se pressupunha ser um factor facilitador das condições de inserção no país de destino”,

nacionalidade tem em conta o aumento do fluxo migratório para a ex-metrópole e a atribuição da nacionalidade portuguesa passaria a limitar-se ao *jus sanguinis* - Lei 308 – A35 (Carvalho, 2009).

¹¹ Assiste-se ao enaltecimento de uma camada “genuinamente” guineense, «fidjus di tchon»(filhos do chão), por oposição aos mestiços, pejorativamente designados de «vurmedjus», que passam a estar sob a vigilância atenta da polícia de estado e olhar atento da população guineense. Conduzindo ao “repatriamento” ou exílio das camadas administrativas da luta de libertação para Cabo-Verde ou Portugal, ou ainda enveredando pela busca das suas origens da terra, ou seja filiação étnica para legitimar a sua identidade guineense (Nóbrega, 2003).

¹² Decreto-Lei nº43/76 DR 76 Série I de 20 de Janeiro de 1976.

permite a manutenção da sua posição social favorável, pese a persistência das dificuldades económicas associadas à imigração.

Numa segunda fase, o fluxo migratório de guineenses para Portugal é caracterizado sobretudo pelo contexto de crise económica que se instala na Guiné-Bissau após a aplicação do PAE nos finais da década de 80 tendo como consequências a pauperização da sociedade guineense.

Em 1997, a adesão da Guiné- Bissau à UEMOA e a consequente adopção da moeda sub-regional, Franco CFA traduzem-se no aumento do custo de vida dos guineenses, sem ajustamentos macroeconómicos efectuados pelo Estado. Cresce o sector informal e aumenta a emigração para países como Portugal, Senegal e França. Juntam-se às comunidades guineenses previamente estabelecidas na Área Metropolitana de Lisboa e usufruem dos contactos destas para entrar no mercado de trabalho, com maior incidência na construção civil.

A crise económica vivida na Guiné-Bissau contrasta com o desenvolvimento e crescimento económico em Portugal resultante da integração na CEE e na aplicação de apoios comunitários, FEDER e o Fundo de Coesão, o que permite o desenvolvimento de infra-estruturas, tais com a construção da Ponte Vasco da Gama e a Expo'98 e na expansão do sector terciário. Os dados estatísticos por sector profissional são limitados, no entanto, em 1996 5 850 estrangeiros guineenses em situação legal encontram-se empregados no sector da construção civil (Quintino, 2004).

A terceira fase da imigração guineense para Portugal tem como causa o conflito de 1998-1999. Portugal é o principal destino dos refugiados guineenses que acabam por estabelecer residência no país. Este movimento é acompanhado pela fixação de migrantes guineenses qualificados.

É necessário ter em conta que os acordos de cooperação bilateral estabelecidos entre Portugal e a República da Guiné também impulsionam a imigração guineense e determinam as especificidades dos imigrantes guineenses. No quadro de pós-independência Portugal torna-se o principal parceiro político, económico e social da Guiné-Bissau. São assinados inúmeros acordos de cooperação nas áreas da saúde e da educação e ensino superior¹³, desde 1974. A nível da saúde a cooperação garante a deslocação e tratamento de doentes guineenses em Portugal, mediante a impossibilidade do seu tratamento em território guineense.

Tal como os refugiados, estes últimos acabam por permanecer em Portugal após a conclusão dos estudos e tratamentos médicos, incorrendo, por vezes em situação de ilegalidade (Có, 2004). A permanência em Portugal prende-se com a incapacidade do país de origem no que diz respeito à absorção de novos quadros qualificados, à falta de infra-estruturas e ao fraco desenvolvimento do sector privado. Para os *overstayers*, a permanência em Portugal apresenta-se como a melhor estratégia de sobrevivência económica, e profissional, tendo uma maior probabilidade de ingressar numa carreira. É

¹³ De salientar que a presença de estudantes académicos guineenses, entre os quais se encontra Amílcar Cabral, verifica-se deste cedo com a criação da Casa dos Estudantes do Império (1944-1965) (Cardoso, 2008).

igualmente uma garantia de rendimentos, através das remessas, para os familiares no país de origem (Có, 2004; Henriques, 20010).

Em síntese, os fluxos migratórios entre a Guiné-Bissau e Portugal permitem identificar fluxos distintos de imigrantes: luso-guineenses, integrados no movimento dos retornados do Ultramar; as camadas sociais urbanas e rurais guineenses, (nas quais se enquadram os migrantes mais e menos qualificados), resultantes das alterações económicas e políticas resultantes da instabilidade que assola o país desde meados dos anos 80.

Estes grupos estão na base da formação das comunidades guineenses em Portugal, determinando o desenvolvimento de mecanismos de interacção social com as diferentes sociedades, no país de origem e no país de acolhimento.

3. AS COMUNIDADES POLÍTICAS TRANSNACIONAIS: ANÁLISE DO ASSOCIATIVISMO GUINEENSE EM PORTUGAL E AS SUAS IMPLICAÇÕES POLÍTICAS

3.1. Viver em Portugal: associativismo e solidariedade social entre os imigrantes

As causas da imigração e o contexto histórico em que esta se insere determinam a natureza das relações sociais desenvolvidas pelos imigrantes guineenses em Portugal. Nos anos 80 predominam as relações de carácter familiar facilitadoras da integração dos imigrantes na sociedade portuguesa. Os

imigrantes estabelecem pequenos círculos de reunião familiar que possibilitam a troca de ideias e estratégias de inserção no mercado laboral. Os modelos de sociabilidade identificados no país de acolhimento são transpostos do país de origem (Quintino,2004).

As visitas *jumbai, passada*¹⁴ regulares aos familiares e núcleos de proximidade, vizinhos e pessoas provenientes do mesmo bairro em Bissau, obrigações sociais e tradicionais - *fala mantenha*¹⁵ - para com a família e rede de amizade assumem-se como formas de entreatajuda, a constituição da *abota*¹⁶, e solidariedade e visam minimizar os custos da adaptação dos imigrantes na nova sociedade.

Estes mecanismos principiam o aparecimento de redes formais nos finais da década de 1980. Surgem as associações de bairro, associações religiosas e associações de carácter nacional. As associações de *bairro* surgem como resposta aos problemas das comunidades de imigrantes nas áreas urbanas – solidariedade comunitária e combate à exclusão social. A Área Metropolitana de Lisboa (AML) é vasta em associações de imigrantes guineenses, dada a elevada concentração dos imigrantes nas zonas suburbanas, onde se localizam os bairros de habitação social (Quintino, 2010).

¹⁴ Novidades e histórias do quotidiano.

¹⁵ Apresentar cumprimentos; saudar.

¹⁶ Sistema de entreatajuda que consiste na reunião e distribuição de fundos (Quintino, 2004).

As associações *de bairro*, tais como a Associação Unidos de Cabo-Verde (AUCV),¹⁷ desenvolvem actividades em torno da representação dos imigrantes na comunidade de acolhimento, através do desenvolvimento de serviços de prestação de apoio jurídico, administração de noções de cidadania, dando a conhecer os direitos, privilégios e deveres dos imigrantes na sociedade de acolhimento (Quintino, 2010).

Podem ainda ser classificadas segundo a sua composição/ diversidade étnica. Por um lado os imigrantes organizam-se tendo em conta a sua residência na terra natal- associações de *tabanca*, (Có, 2004; Quintino, 2010). Formam-se associações com base na representação do bairro, aldeia, região de origem dos seus membros, tendo por objectivo a preservação da identidade local/regional e a continuidade dos costumes e tradições dos mesmos, como é exemplo a Associação dos Naturais e Amigos da Região de Cacheu (ANARC).

Estas associações desenvolvem actividades de carácter cultural, celebração de festividades locais, formação de grupos de dança e canto que representem a comunidade local e ainda a divulgação das suas tradições. Procuram portanto manter intacta a ligação com o país de destino, através da exaltação da comunidade a que pertencem. A relação entre a comunidade imigrante e a representação étnica está muitas vezes implícita na denominação adoptada e na identificação com a *tabanca*.

¹⁷ A AUCV é inicialmente fundada por moradores de origem cabo-verdiana dos bairros da Amadora e que engloba a generalidade dos moradores da comunidade, na sua maioria provenientes dos Países de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

A estrutura organizacional destas associações está dependente do líder comunitário, das suas capacidades técnicas e do seu orçamento limitado¹⁸. Estes factores ditam a capacidade de intervenção das associações junto da comunidade de acolhimento, quer seja a nível local, autarquias ou nacional, a nível do estado.

Por sua vez, as associações de cariz nacional, como a Associação Guineense de Solidariedade Social (AGUINENSO), *“São as que mais frequentemente têm a função de arenas políticas nas contestações e negociações de direitos de cidadania cá e lá”* (Quintino, 2010:87). A sua estrutura organizativa complexa reflecte elevada qualificação dos seus membros, com uma posição social privilegiada entre a comunidade imigrante. Por norma, as suas actividades abrangem a problemática social, económica e política da sociedade de origem. Desenvolvem acções de promoção do desenvolvimento nacional e servem-se de apoios e infra-estruturas disponibilizados não só no país de acolhimento como através da comunidade internacional. Estabelecem parcerias com os governos, com instituições públicas e interagem inclusivamente com outros actores não-estatais (Quintino,2010).

Detêm, portanto, uma boa capacidade de relacionamento institucional multinível o que lhes permite a persecução dos seus objectivos próprios e a

¹⁸As associações de bairro dependem economicamente das quotas estabelecidas pelos membros e que são geralmente baixas dadas as características socioeconómicas dos seus associados. Algumas associações de bairro obtêm subsídios autárquicos para o desenvolvimento das suas actividades.

influência dos diferentes actores internacionais sem constrangimento das fronteiras físicas (Ostergaard- Nielsen, 2003).

Posto isto, as associações guineenses de coeticvidade nacional, apresentam-se como o expoente máximo do transnacionalismo. O desenvolvimento das suas actividades encontra-se intrinsecamente relacionadas com as problemáticas de desenvolvimento no país de origem. As suas actividades procuram dar respostas e minimizar os efeitos das sucessivas crises que assolaram o país a partir da década de 80. As formas de actuação incluem o desenvolvimento de projectos de ajuda ao desenvolvimento em parceria com ONGD locais, instituições públicas e organizações da sociedade civil *cá e lá*. Podem inclusivamente exercer pressão sobre os órgãos internacionais de forma criar *consciencialização* para os problemas no país de origem.

Tal como referido anteriormente, a composição destas associações determina o sucesso das suas actividades transnacionais. À partida, estes dirigentes associativos visam a melhoria da situação no país de origem, usufruindo dos meios disponibilizados pela sociedade em que estão integrados e dos instrumentos proporcionados pela globalização. Mas estes indivíduos também constituem uma elite tanto no país de origem como no país de destino. A pertença associativa pode desta forma “camuflar” os interesses egoístas que os indivíduos possam ter nas diferentes sociedades segundo Portes (1997).

A análise que se segue permitir-nos-á compreender e avaliar as oportunidades e riscos associados ao desenvolvimento das actividades transnacionais dos imigrantes guineenses em Portugal.

3.2. Análise da dimensão política das associações guineenses em Portugal

São conhecidas, entre 1979 e 1987, várias formações associativas, mais ou menos politizadas, e protagonizadas por estudantes guineenses. Para o governo ninista os estudantes e académicos guineenses são os principais opositores do regime do partido único, o PAIGC: “*Vim para cá em 1989 e tinha a percepção de que o imigrante não se podia imiscuir na política...sobretudo os estudantes*”.¹⁹ O carácter crítico destas associações rapidamente levaria à extinção, reformulação ou dissolução das mesmas, dada a repressão de que eram alegadamente alvo por parte quer da Embaixada da Guiné-Bissau em Portugal, quer de membros e simpatizantes do regime ninista em Lisboa. Os factores que determinam a identificação e a perseguição destes líderes associativos são,

O caso da AGUINENSO

O exemplo mais sonante de oposição ao regime de Nino Vieira é o caso da AGUINENSO, *Associação Guineense de Solidariedade Social*, criada em 1987 a partir do Movimento de Bah Fatah (RGB-MB), partido político guineense, fundado em Portugal em 1985 por estudantes e profissionais guineenses. O MB começa por denunciar os crimes e injustiças cometidos pelo governo guineense, assim como o abandono a que estão sujeitos os imigrantes guineenses em Portugal, considerados pelo Presidente da República, Nino Vieira, como “*aventureiros*”.

Fernando Ká, presidente da associação desde a sua formação recorda em entrevista que a sua ligação com o MB valeu-lhe, a hostilidade do governo do PAIGC, e em particular do Presidente Nino Vieira.

A ausência de política de emigração e fraca prestação de serviços prestados pela embaixada aos imigrantes guineenses estão na base do desenvolvimento da AGUINENSO, que se compromete a preencher as lacunas do estado guineense para com os seus cidadãos residentes em Portugal. É, por isso, a primeira associação de migrantes guineenses a ser legalizada em Portugal.

No entanto, logo após a sua formação, a AGUINENSO desprende-se do MB, que pretendia excluir os apoiantes do PAIGC dos apoios prestados pela associação, dedicando-se exclusivamente ao apoio jurídico e social da comunidade guineense e às melhorias das políticas de imigração em Portugal.

A cisão entre a AGUINENSO e o MB define a posição social desta organização, pioneira na defesa dos direitos dos imigrantes em Portugal.

¹⁹ Entrevista realizada a um dos líderes associativos a 18-10-2012.

primeiramente, a sua posição política contrária ao regime de Nino Vieira e às políticas do governo do PAIGC, e, em segundo lugar, a conservação ou aquisição da nacionalidade portuguesa, uma vez que tal opção implicaria a perda da nacionalidade guineense, atendendo ao quadro legal então vigente na República da Guiné Bissau.

3.2.1. A intervenção política do associativismo guineense: dos anos 90 da transição democrática à instabilidade actual na Guiné Bissau

No período de transição democrática decorrente na Guiné-Bissau nos anos 90 várias associações de migrantes, determinantes para a luta contra o regime de Nino perdem a sua funcionalidade política, e caem assim no esquecimento, tal como afirma um dos líderes associativos, “ *não éramos consistentes*”²⁰.

No entanto, as associações abordadas, na sua maioria dinamizadas a partir de grupos informais, não apenas subsistem ao longo do tempo como mecanismo de entreajuda e integração social como tiram ainda partido do processo de integração dos imigrantes, entretanto protagonizado pelo XIII Governo Constitucional sob a liderança do primeiro-ministro António Guterres, e que viria a conduzir à legalização das mesmas.

O processo de legalização das associações de migrantes abre as portas ao acesso ao apoio financeiro nacional e comunitário e ao estabelecimento de parcerias com diferentes organismos e instituições governamentais e não-

²⁰ Entrevista realizada a 20-10-2012.

governamentais. Entre os principais parceiros destas associações encontram-se as câmaras municipais de Lisboa, Cascais, Oeiras, Sintra, Amadora e Loures, dada a concentração geográfica dos migrantes guineenses nestas áreas e os interesses comuns de promoverem tanto a difusão cultural como integração dos mesmos, quer pela formação e capacitação, quer pelo combate ao desemprego entre a população imigrante.

A acção do associativismo migrante guineense ganha maior visibilidade na segunda metade dos anos 90, primeiramente ao nível do esforço envidado na promoção da integração dos seus membros em Portugal e, em segundo lugar, ao mobilizar a atenção da sociedade civil e da comunidade internacional em torno da Guiné Bissau, no contexto do conflito político-militar de 1998/1999.

As associações de migrantes guineenses rapidamente se salientam dado o seu empenho no esforço de cooperação pela restituição da paz no país de origem. Nesse sentido actua a *Plataforma de Apoio e Solidariedade para com a Guiné-Bissau*, reunindo associações guineenses em Portugal, associações de cabo-verdianos e ainda deputados do Partido Socialista. A Plataforma procede ao reencaminhamento dos refugiados, que chegam através do aeroporto de Figo Maduro, e ao acompanhamento jurídico dos mesmos. Por vezes são os próprios associados que acolhem os refugiados em suas casas ou os reencaminham para os bairros onde se encontra a comunidade guineense. Um dos líderes entrevistados recorda que durante o conflito, foi construída uma barraca para acolher os refugiados no bairro das Marianas, nos arredores de Lisboa. Os mesmos, assim como as famílias que os acolhem, dispõem igualmente do apoio financeiro por parte das associações até ser possível o seu repatriamento ou o exercício de uma actividade económica.

Relativamente à sua acção em relação ao país de origem, as associações procedem ao envio de contentores com medicamentos, géneros alimentares e vestuário, através da cooperação directa com o Hospital Simão Mendes em Bissau, com as suas congéneres locais e instituições religiosas.

Saliente-se ainda que as associações reprovam, individualmente ou em conjunto, a intervenção das tropas senegalesas e a decisão do Presidente Nino Vieira, de abandonar o país. Neste quadro, surge um movimento político, protagonizado por migrantes guineenses, com vista à paz na Guiné-Bissau – *Diligência 98*. São emitidos pareceres dos migrantes guineenses para a resolução do conflito e enviados para os principais organismos internacionais, Nações Unidas, OUA, e para Assembleia da República. O movimento expressa vivamente o seu apoio às tropas rebeldes lideradas por Ansumane Mané, condenando a presença das tropas estrangeiras. Uma vez restabelecida a paz, o movimento *Diligência 98* é responsável pela recepção do Primeiro-Ministro de transição Francisco Fadul, e do General Ansumane Mané, numa manifestação e convívio organizados na Amadora, “*em jeito de reconhecimento pelo fim do conflito*”, afirma um dos líderes associativos.

Note-se que a partir de então grande parte das associações assumem uma maior preocupação *desenvolvimentista*, procurando aprofundar os laços com as comunidades locais no país de origem. Por vezes, é o regresso dos refugiados que permite o estabelecimento de projectos na área da cooperação para o desenvolvimento, saúde e educação. Os objectivos gerais centram-se no desenvolvimento e capacitação das comunidades locais, para que seja possível o desenvolvimento sustentável e o alcance da auto-suficiência, dadas as características do estado guineense.

Com efeito, o contexto político no período pós-conflito a par da consolidação da situação socioprofissional dos migrantes em Portugal, constitui motivo para uma maior interacção com o país de origem. A situação de instabilidade, originada pelas sucessivas crises de liderança e ainda por conflitos no seio dos partidos políticos, impede o funcionamento dos organismos do Estado, e o exercício eficiente das suas actividades. Facto que, de acordo com os líderes associativos entrevistados, conduz a que surja no seio da diáspora a necessidade de questionar a natureza do Estado guineense, responsável pela falta de investimento e pelo pessimismo dos migrantes em relação ao regresso ao país de origem.

Não obstante, as convulsões políticas contribuem para o aumento o fluxo de remessas dos associados para os seus familiares no país de origem. Dado que a constante instabilidade não permite o desenvolvimento de uma actividade económica sustentável cumpre assim aos migrantes a responsabilidade de assegurar a sobrevivência das famílias na Guiné-Bissau, tal como sublinha um dos entrevistados: “ *quando há instabilidade quem paga é a diáspora*”²¹. De facto, a economia de subsistência encontra-se fortemente dependente das remessas dos migrantes. Contudo o seu impacto na economia nacional poderia ser reforçado caso existisse uma política de atracção de investimento estrangeiro que valorizasse o papel diáspora.

Tudo leva a crer que existe, por parte dos líderes associativos, uma forte consciencialização acerca do seu papel político junto da comunidade guineense dentro e fora do país de origem.

²¹ Entrevista realizada a 12-10-2012.

Não obstante, os direitos políticos dos migrantes guineenses na diáspora não sofreram alterações no período pós-ninista. O exercício desses direitos, particularmente, o direito de voto, pouco ou nada se fizeram sentir nos últimos 12 anos. Apesar do empenho dos migrantes, os momentos eleitorais sucedem-se no período pós-conflito, com eleições legislativas e/ ou presidenciais em 2000, 2004, 2005 e em 2008, sem que o voto dos migrantes residentes em Portugal tenha sido contabilizado. Como sublinha um dos líderes associativos entrevistados, “ *queremos que isso se concretize para que a diáspora tenha voz na Guiné-Bissau*”²².

Em 2003, são vários os líderes associativos que contribuem, em parceria com a Embaixada da Guiné-Bissau em Lisboa, para a campanha de recenseamento da comunidade guineense em Portugal, seja através do voluntariado ou cedência de material administrativo. Cabe inclusivamente às associações o esforço de mobilização dos seus associados, e da comunidade guineense em geral, a fim de colaborarem no processo de recenseamento, através da realização de cursos, de seminários de educação para a cidadania e da consciencialização para a importância do direito e dever de voto. No entanto, “*Foi feito o recenseamento, mas não se chegou a votar*”, salienta um dos entrevistados²³. Até à data, os migrantes guineenses apenas exerceram o direito de voto na diáspora nas primeiras eleições legislativas, em 1994, o que lhes valeu a eleição de um deputado do RGB-MB.

²² Entrevista realizada a 18-10-2012.

²³ Entrevista realizada a 12-10-2012.

De acordo com os testemunhos recolhidos, continua a persistir a desconfiança em relação ao papel da diáspora guineense, pressentida ainda hoje como oposição ao governo, o que dificulta as relações entre a diáspora e o estado: “ *Para a Guiné-Bissau, Portugal é o foco da oposição*” ²⁴. Na realidade, embora os migrantes estejam aparentemente desligados dos partidos políticos de Bissau, e a totalidade dos seus líderes tenha corroborado o apartidarismo das suas associações, é certo que a ausência de exercício do voto não limita a participação política, ainda que de forma indirecta e informal, tanto dos representantes associativos como dos seus membros, seja no país de origem, a nível (trans)nacional e (trans)local.

Em 2009, realiza-se uma concertação entre três líderes associativos a respeito da necessidade da aprovação da lei da reciprocidade, Portugal – Guiné-Bissau. O consenso estabelece-se em torno do direito de voto, a elegibilidade dos guineenses no estrangeiro, do reconhecimento dos documentos guineenses em Portugal, e, ainda quanto à necessidade de revogação da lei da nacionalidade. Na opinião de um dos líderes envolvido no processo, tal concertação associativa encontra-se na origem da alteração das políticas do Estado guineense em relação à sua diáspora. Com efeito, em 2010 é revogada a lei da nacionalidade permitindo, o novo quadro jurídico, a aquisição de dupla nacionalidade aos cidadãos guineenses.

As associações mobilizam-se ainda em torno de iniciativas de carácter nacional. Refira-se, por um lado as manifestações de paz e as petições junto da Embaixada da Guiné-Bissau em Lisboa, realizadas após o assassinato do

²⁴ Entrevista realizada a 25-09-2012.

Presidente da República, e do CEMGFA, em Março de 2009. Trata-se da condenação pública dos actos de violência alegadamente perpetrados por militares, violando o respeito pelos Direitos Humanos e pela ordem democrática na Guiné-Bissau. Todas estas manifestações pretendem alertar a comunidade internacional e em particular a sociedade portuguesa, para o envolvimento da classe castrense na instabilidade política na Guiné-Bissau.

Neste contexto, torna-se evidente a capacidade demonstrada pelas associações e seus líderes para “*alertar a comunidade para os seus deveres em relação ao país de origem*”, dado que “*é necessário que a diáspora tenha voz na Guiné-Bissau*”.²⁵ Para tal, procede-se ao aconselhamento dos associados, aquando dos momentos eleitorais e do acompanhamento das campanhas dos diferentes partidos no país de origem. É ainda durante as reuniões associativas que se analisam as diferentes propostas dos partidos políticos, de forma a identificar as melhores soluções para os problemas da nação (e dos migrantes).

Note-se contudo que estas acções associativas têm um maior impacto a nível da comunidade local e são mais frequentes a nível das associações de *tabanca*, cuja cooperação com os líderes locais é geralmente mais acentuada, razão pela qual “*Os governantes têm de ter em conta a importância dos imigrantes*”²⁶. De facto, são eles que através dos projectos de desenvolvimento local ganham o respeito dos cidadãos que, certamente, reconhecem nestas organizações funções comumente atribuídas às instituições públicas.

²⁵ Entrevista realizada a 24-09-2012.

²⁶ Entrevista realizada a 18-10-2012.

3.2.2. As lógicas e práticas políticas das associações apartidárias

“Não existe uma ligação partidária, mas existe uma preocupação política” que permite o desenvolvimento de *“ discussões no seio da associação”*, sendo o resultado dessas discussões comunicado à família, que vota²⁷.

O aconselhamento telefónico é a técnica mais comum para a manifestação das escolhas políticas dos migrantes aos seus familiares, *“ é comum entre os nossos associados telefonar para a família e dizer vote no fulano”*²⁸. Os factores a ter em conta para a opção tomada prendem-se, como já foi referido anteriormente com o desenvolvimento da região, sector, ou *tabanca* e com a melhoria das condições dos próprios migrantes.

Um dos líderes associativos confessa que *“ não apoiamos só por ser filho da terra, mas temos em conta a conjugação dos seus objectivos com os projectos de desenvolvimento da comunidade”*²⁹. Afirmo ainda que nas eleições legislativas de 2008 a associação apoiou determinado candidato, que viria a falhar as suas obrigações (tais como a retoma da construção do mercado de Quebo e o aumento do controlo na venda de medicamentos) para com a comunidade local e para com a associação. Assim, *“ nas próximas eleições não vamos apoiá-lo, porque não cumpriu as promessas”*³⁰.

Seguindo a lógica apartidária dos líderes entrevistados, uma das práticas políticas comuns entre as associações é a transmissão da informação dos partidos, *“ estamos disponíveis para fazer chegar a informação aos cidadãos”*, no

²⁷ Entrevista realizada a 12-10-2012.

²⁸ Idem.

²⁹ Idem.

³⁰ Idem.

entanto, “ os partidos podem passar a sua mensagem através da associação, mas cabe a cada um pensar por si”³¹.

Não obstante, alguns dos líderes associativos não descartam a possibilidade de exercer funções políticas no país de origem: “ *Queriam que me candidatasse às autárquicas em Oeiras, mas vou candidatar-me na Guiné-Bissau, na minha terra, com o apoio de parceiros em Portugal*”³². Esta declaração reitera a acção política da associação e do seu líder tanto no país de origem como no de acolhimento. Neste caso, importa ainda notar que o entrevistado assume a existência de ligações pessoais com dirigentes da Câmara Municipal de Oeiras. Tal capital social esteve na origem da cedência pela autarquia de um espaço consagrado ao estabelecimento da sede da associação, e ainda do incentivo que seria dado ao seu dirigente, por parte de funcionários da edilidade, para que se viesse a apresentar como candidato independente às eleições autárquicas na Guiné-Bissau.

Também Fernando Ká, Presidente da AGUINENSO desde 1987, refere a sua ligação política ao Partido Socialista, tendo exercido funções parlamentares nos anos 90, com o intuito de melhorar as políticas de imigração em Portugal.

Sem dúvida que a participação política activa dos líderes associativos, quer seja no país de origem ou em Portugal, constitui uma alavanca necessária ao início de uma carreira política, sobretudo na Guiné-Bissau.

³¹ Entrevista realizada a 24 -10- 2012.

³² Entrevista realizada a 12-10-2012.

Contudo, as dificuldades de interacção das associações com o país de origem começam na embaixada da Guiné-Bissau em Lisboa, seja pela elevada burocratização e incapacidade de resposta às necessidades das associações e dos imigrantes guineenses, seja pela parcialidade (imparcialidade) da mesma em relação às actividades associativas e aos próprios líderes associativos.

Tudo indica que persiste ainda, por parte do poder em Bissau, o estigma em relação ao associativismo guineense em Portugal, e acreditam que a embaixada possa ser apenas um “*comissariado político*” ao serviço dos interesses pessoais dos políticos em exercício³³. Os entrevistados são unânimes em afirmar que a alteração da legislação não se reflecte no comportamento da embaixada e denunciam o alcance limitado das novas políticas em relação à diáspora, pois se “*existe cooperação é por esforço da nossa parte*”³⁴.

No entanto, não deixa de ser reconhecido o esforço envidado pela embaixada no estabelecimento da cooperação com as associações, embora esta se realize substancialmente em eventos culturais, “*há embaixada em tempos de festa*” lamenta um dos líderes associativos³⁵. A falta de recursos económicos e a instabilidade política a que o país se encontra sujeito minam de igual forma as tentativas de relacionamento entre as associações e os serviços de representação externa, uma vez que não existe continuidade na realização dos projectos comuns.

³³ Entrevista realizada a 24-09-2012.

³⁴ Entrevista realizada a 24-10-2012.

³⁵ Entrevista realizada a 12-10-2012.

É certo que a embaixada, como espelho da realidade política e económica da Guiné-Bissau, tem falhado ao longo dos últimos 30 anos no seu papel de proteger os seus cidadãos. Contudo, positiva teria sido a sua missão de apoiar a emergência do movimento associativo na diáspora, tendo em conta a relevância da sua acção quer na integração dos imigrantes na sociedade portuguesa quer em prol do desenvolvimento da comunidade de origem, suplantando assim, e amplamente, a intervenção do estado guineense e da sua representação extraterritorial.

Ainda assim, se nos anos 80 o associativismo guineense era alvo de repressão por parte do Governo de Bissau e da sua embaixada em Portugal, os líderes associativos actuais reconhecem a existência de várias tentativas de recrutamento e aliciamento político entre os seus associados, por parte de partidos políticos guineenses, assim como de vários governos, que, apesar de tudo, sublinham a intenção de colaborar com os projectos de desenvolvimento em curso nas associações.

Posto isto, o envolvimento político das associações de migrantes guineenses manifesta-se através da realização das suas actividades de desenvolvimento e sob a figura do director ou presidente associativo. As manifestações de reprovação dos golpes de estado, das declarações à imprensa sobre a instabilidade política são as formas mais recorrentes de demonstração da preocupação política das associações em relação ao país de origem.

O exercício de voto na diáspora, embora não se concretize desde 1994, e a ausência de política de emigração do estado guineense não impedem que

as escolhas dos nacionais reflectam as opções políticas dos migrantes guineenses, cuja pressão social e económica, junto dos familiares se revela determinante para as escolhas dos mesmos.

Ainda assim, a experiência destas associações demonstra a sua capacidade de intervenção tanto na sociedade portuguesa como nas comunidades locais na Guiné-Bissau, o que lhes permite o desenvolvimento de uma actividade política (a)partidária com vista à melhoria das condições dos cidadãos guineenses dentro e fora das fronteiras terrestres.

CONCLUSÕES

O transnacionalismo, particularmente o transnacionalismo político, é apresentado desde cedo nesta investigação como um processo complexo forjado pelos migrantes em diferentes campos sociais em simultâneo, tanto no país de origem como no país de acolhimento (Schiller et al., 1994; Ostergaard-Nielsen, 2003). Desta forma, a integração dos migrantes na sociedade do país de acolhimento não implica necessariamente uma ruptura com a sua vivência no país de origem como determinam as teorias das migrações internacionais.

O caso dos migrantes e do associativismo guineenses em Portugal permite uma melhor compreensão da dinâmica da participação política dos migrantes multinível (nacional, local e transnacional).

Emergem as associações de migrantes designadas por *hometown associations*. Ostergaard-Nielsen (2003) e Orozco (2009) referem-se às *hometown associations* como grupos de migrantes com uma identidade partilhada e com sentimento de pertença comunitário. No caso das associações migrantes guineenses a identidade comum assume as seguintes formas: associações de bairro com base no estabelecimento dos migrantes na AML; associações de *tabanca*, a partir proveniência no país de origem (facilmente identificadas com a identidade étnica) e as associações de cariz nacional que visam a totalidade dos cidadãos do território guineense (Quintino, 2010).

Quanto ao impacto no país de origem, é de salientar o esforço das associações de *tabanca* para o desenvolvimento das comunidades locais. Embora a tendência para *translocal politics* seja crescente entre as várias associações, a implementação dos projectos e o sucesso dos mesmos parece ser mais evidente nas associações de *tabanca*. As relações entre os líderes associativos e a comunidade fundamenta-se em relações pessoais e/ou familiares, que se alia ao sentimento de *obligatoriedade* para com a comunidade. Também estes líderes demonstram uma tendência para a prática de actividade política ou exercício de influência política no país de origem, com maior incidência a nível local.

Mesmo após a abertura política o envolvimento no cenário político guineense por parte dos migrantes em Portugal não é uma prática generalizada, dada a persistência da percepção do migrante como opositor político e colaboração inconsistente dos órgãos de representação externa, que prejudicam as potencialidades das práticas associativas no país de origem.

Em suma, a acção política das associações e dos seus líderes acompanha as problemáticas que afectam os cidadãos guineenses dentro e fora das suas fronteiras. Porém, é possível concluir que o envolvimento político transnacional encontra-se ainda dependente do líder associativo e das suas aspirações políticas, tanto no país de origem como no país de acolhimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abreu, Alexandre (2012). “Guinea-Bissau Recent History”. In:Frame, Iain (Ed.) (2012) *Africa South of the Sahara 2012*. 41st Edition. London: Routledge.

Cardoso, C. (1995). “A transição política na Guiné-Bissau: um parto difícil”, *Lusotopie. Transitions libérales en Afrique Lusophone*. Paris: Karthala, pp.259-282.

Cardoso C., Imbali F(1996). “A Família”. In: Monteiro, António Isaac (Coord.) (1996). *O Plano de Ajustamento Estrutural na Guiné-Bissau. Análise dos efeitos socio-económicos*. Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, pp. 203-234.

Cardoso, Fernando Leonardo (2002). “Subsídios para o estudo dos movimentos migratórios na Guiné-Bissau”. *Soronda. Revista de Estudos Guineenses*. Nova Série. Nº 3, pp.29-50.

Cardoso, Carlos (2008). *A Formação da elite política na Guiné-Bissau*. Lisboa: CEA-ISCTE.

Carreiro, Maria João, Sangreman, Carlos (Coord.) (2009). *Arquitectos de um Espaço Transnacional Lusófono - a Diáspora Guineense em Portugal*. Lisboa: Fundação Portugal – África.

Có, João (2004).” As associações das comunidades migrantes em Portugal e a sua participação no desenvolvimento do país de origem: o caso guineense”. *Socius Working Papers*, 12/2004.

Carvalho, João (2009). *A Política do Estado Português entre 1991 e 2004*. Teses (26). Lisboa: ACIDI.

Có, J. (2009). “A diáspora guineense qualificada, uma rede periférica no desenvolvimento do país de origem”. *Socius Working Papers*, nº09/2009.

Cohen, Robin (1998). *Transnational Social Movements: an assessment*. WPTC-98-10. Disponível em: <http://www.transcomm.ox.ac.uk/working%20papers/cohen.pdf> [Acesso em: 25-7-2012].

Costa, Paula (2009). “Imigração em Portugal: tendências recentes. Os Imigrantes Guineenses, Ucrânicos e Brasileiros no Mercado de trabalho Português. Cadernos Curso de Doutoramento em Geografia. FLUP.Nº1, pp.127-140. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7690.pdf> [Acesso em: 28-08-2012].

Fernandes Júnior, José (2009). *O colapso do Estado na Guiné-Bissau ou a Qualquer Outra Face do Estado de Direito?* Curso de Ciências Sociais. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Henriques, Maria Adelina (2010). *Argumentos Para Uma Viagem de Regresso. A Imigração PALOP por Via da Saúde: um estudo de caso*. Teses (32). Lisboa : ACIDI.

IOM (2012). *Assessment of the Development Potential of Guinea-Bissau Diaspora in Portugal and France. Final Report to 1035 Facility*. Disponível em:

http://pascal.iseq.utl.pt/~cesa/templates/cesa/images/DiasporaGuineBissau_OI_MFinalReport.pdf [Acesso em:20-12-2012].

Landolt, Patricia (2003). “El transnacionalismo político y el derecho de voto en el exterior: El caso de El Salvador y sus comunidades migrantes en Estados Unidos”. In: Calderón Leticia (Ed.), *Votar en la distancia: la extensión de los derechos a migrantes: experiencias comparadas*. Mexico DF: Instituto de Investigaciones Dr. José Ma. Luís Mora, pp. 301-323.

Marques dos Santos, Victor (2009). *Teoria das Relações Internacionais, Cooperação e Conflito na Sociedade Internacional*. Lisboa. ISCSP.

Machado, Fernando Luís (1998). “Da Guiné-Bissau a Portugal: Luso-guineenses e Imigrantes”. *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº26, pp.9-56.

Machado, F. (1999). *Contrastes e Continuidades: Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal*. Tese de Doutoramento em Sociologia, Lisboa: ISCTE.

Moreira, Carlos Diogo (1994). *Planeamento e Estratégias da Investigação Social*. Lisboa: ISCSP.

Mügge, Liza (2010). *Beyond Dutch Borders: Transnational Politics among Colonial Migrants, Guest Workers and the Second Generation*. Amsterdam; Amsterdam University Press.

Nóbrega, Á. (2003). *A Luta pelo Poder na Guiné-Bissau*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Orozco, Manuel e Garcia-Zanello, Eugenia (2009). Hometown Associations: Transnationalism, Philanthropy and Development. *The Brown Journal of World Affairs*. Vol. XV. Issue II, pp. 1-17.

Ostergaard-Nielsen, Eva (2003). "The Politics of Migrants' Transnational Political Practices". *International Migrations Review*. Vol.37. Nº3, pp. 760-786.

Ostergaard-Nielsen,E. (2001). The Politics of Migrants' Transnational Practices". WPTC-01-022. Disponível em: <http://www.transcomm.ox.ac.uk/working%20papers/WPTC-01-22%20Ostergaard.doc.pdf> [Acesso em: 04-05-2012].

Peixoto, João (2002). *População e Desenvolvimento*. Relatório de Disciplina, Concurso para Professor Associado do Grupo IV (Ciências Sociais), Subgrupo B (Sociologia). Lisboa: ISEG-UTL.

Portes, Alejandro (1997). *Globalization from Below: the rise of transnational communities*. NJ: Princeton University. **Disponível em:** <http://www.transcomm.ox.ac.uk/working%20papers/portes.pdf> [Acesso em: 04-05-2012].

Portes, A. (1999). "Immigration Theory for a new Century: Some Problems and Opportunities". In: Hirschman, C., Kasinitz, P., e DeWind, J. (eds.), *The Handbook of International Immigration: The American Experience*. New York: Russell Sage Foundation.

Portes, A. (2004). "Convergências teóricas e dados empíricos no estudo do transnacionalismo imigrante". *Revista de Ciências Sociais*. Nº 69, pp.73-93.

Quintino, Maria Celeste R. (2004). *Migrações e Etnicidade em Terrenos Portugueses. Guineenses: estratégias de invenção de uma comunidade*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Quintino, M. C. R. (2010). "Práticas associativas de guineenses, conexões transnacionais e cidadania incompleta". In: Horta, Ana Paula Beja (Org.). *Revista Migrações-Número Temático Associativismo Migrante*. Nº 6, pp.81-102.

Sangreman, Carlos, Sousa Jr., F., Zeverino, G., Barros, M. (2006). *A Evolução Política Recente da Guiné-Bissau: As eleições presidenciais de 2005, os conflitos, o desenvolvimento, a sociedade civil*. Documentos de Trabalho. Nº 70. Lisboa: CESA.

Schiller, Nina. Basch, Linda e Blanc-Szanton, Christina. (1994), *Nations Unbound: Transnational Projects, Post-Colonial Predicaments, and De-Territorialized Nation-States*. Langhorne, PA: Gordon and Breach.

Schiller, N.; Basch, L. e Blanc-Szanton, C. (1995). "From Migrant to Transmigrant: Theorizing Transnational Migration". *Anthropological Quarterly*, Vol. 8, Nº 1, pp. 48-63.

Schiller, N., Basch, L. e Blanc-Szanton, C. (1999). "Transnationalism: A New Analytic Framework for Understanding Migration". In: Vertovec, S. & Cohen, R. (Eds.), *Migration, Diasporas and Transnationalism*. Cheltenham: Library of Studies of Migration, pp. 26-45.

Schiller, N. (2008). "Beyond Methodological Ethnicity and Towards the City Scale: An Alternative Approach to Local and Transnational Pathways of Migrant

Incorporation”. In: *Rethinking Transnationalism: The Meso-link of Organisations*, Pries L. (ed.). New York: , Routledge pp. 40-61.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2012). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo -2011*. Oeiras: SEF.

ANEXOS

A. Lista de Associações entrevistadas

AEGL – Associação de Estudantes Guineenses em Lisboa

AFAB – Associação dos Filhos e Amigos de Bachil

AFAIJE – Associação dos Filhos e Amigos da Ilha de Jeta

AFF – Associação dos Filhos de Forréa, Região de Tombali

AFICAP – Associação dos Filhos da Ilha de Calequisse em Portugal

AGPD – Associação Guineense para a Democracia e para a Paz

AGUINENSO- Associação Guineense de Solidariedade Social

ANAC – Associação dos Nacionais e Amigos de Caió

ANARC – Associação dos Naturais e Amigos da Região de Cacheu

AUCV – Associação Unidos de Cabo-Verde

BALODIREN – Associação de Solidariedade e Apoio à Comunidade Guineense

CIFAGP – Comissão Instaladora da Federação das Associações Guineenses em Portugal

B. Guião de Entrevista

1. A década de 90 marca o início da transição democrática na Guiné- Bissau. As eleições presidenciais e legislativas realizam-se em 1994. Muitos dos novos partidos foram desenvolvidos/criados/pensados em Portugal, por imigrantes guineenses, que regressariam para serem eleitos. Qual a posição política da associação neste período?
 - 1.1. Actualmente, é comum a organização de eventos em torno do apoio a determinado candidato eleitoral, isso significa que existe uma ligação partidária da associação. Que compromissos são assumidos entre o político e a associação ou o líder associativo
Hipóteses: cargos públicos, apoio económico à associação.
2. O desentendimento progressivo entre militares das Forças Armadas e líderes do PAIGC culmina no conflito civil de 7 de Junho 1998 a 7 de Maio de 1999. As casualidades registadas durante o conflito formam sobretudo civis, apelando a uma resolução internacional. Que papel desempenhou a associação durante o conflito?
 - 2.1 A crise humanitária contribuiu para a mobilização da associação para os problemas de desenvolvimento?
3. Após o conflito 98/99 a Guiné-Bissau foi prolífera em os momentos eleitorais, em 2000, 2004, 2005 e 2008. Relativamente às eleições legislativas torna-se clara a pertinência do voto da diáspora, uma vez que os migrantes guineenses têm a capacidade de eleger 2 deputados para a Assembleia Nacional Popular. Existe essa preocupação política por parte da associação dado tratar-se da extensão dos direitos dos guineenses?
4. Em 2009 a Guiné-Bissau protagonizou um episódio de violência contra o seu Presidente da República e CEMGFA resultando na morte de ambos pelas mãos de militares (revoltosos). Gera-se um novo ciclo de instabilidade política marcada pela pressão dos militares sobre o governo e o poder civil. Neste cenário, como se manifesta a actividade da associação em relação à Guiné-Bissau.